

Diálogos e Propostas: Fóruns Paulistas de Formação de Professores que Ensinam Matemática

Armando Traldi Jr¹
Rogério Marques Ribeiro²

Resumo: Este artigo apresenta um estudo documental e bibliográfico sobre os oito Fóruns Paulistas de Formação de Professores que Ensinam Matemática (FPFPEM), destacando seu contexto histórico e educacional, bem como os principais encaminhamentos discutidos. A análise revelou avanços, como o aumento da representatividade dos participantes e a relevância das temáticas abordadas, alinhadas a políticas públicas e diretrizes recentes. Entre os temas debatidos, destacam-se práticas pedagógicas, estágios, programas como PIBID e Residência Pedagógica, formação continuada e condições de trabalho docente. No entanto, identificou-se a ausência de uma normatização clara para os Fóruns, incluindo a falta de publicação sistemática dos relatórios finais e encaminhamentos, o que evidencia a necessidade de regulamentação por parte da SBEM-Nacional. Os Fóruns se consolidam como espaços essenciais para a articulação de debates sobre políticas públicas e educação, mas demandam maior organização para potencializar sua contribuição à formação docente e ao aprimoramento dos cursos de Licenciatura em Matemática e em Pedagogia, bem como à melhoria da Educação Básica.

Palavras-chave: Diretrizes Curriculares. Espaço de Debate. Licenciatura em Matemática. Formação de Professores.

Dialogues and Proposals: São Paulo Forums for Teacher Education in Mathematics

Abstract: This article presents a documentary and bibliographic study on the eight São Paulo Forums for the Training of Teachers Who Teach Mathematics (FPFPEM), highlighting their historical and educational context, as well as the main discussions and decisions made. The analysis revealed progress, such as the increased representativity of participants and the relevance of the topics addressed, aligned with recent public policies and guidelines. Among the topics discussed, key issues include pedagogical practices, internships, programs such as PIBID and Pedagogical Residency, continuing education, and teaching working conditions. However, a lack of clear regulations for the Forums was identified, including the absence of a systematic publication of final reports and resolutions, highlighting the need for regulation by SBEM-National. The Forums have established themselves as essential spaces for articulating discussions on public policies and education, but they require greater organization to enhance their contribution to teacher education and the improvement of Mathematics and Pedagogy degree programs, as well as the quality of Basic Education.

Keywords: Curricular Guidelines. Space for Debate. Mathematics Degree. Teacher Education.

Diálogos y Propuestas: Foros Paulistas de Formación de Profesores de Matemáticas

Resumen: Este artículo presenta un estudio documental y bibliográfico sobre los ocho Foros Paulistas de Formación de Profesores que Enseñan Matemáticas (FPFPEM), destacando su contexto histórico y educativo, así como las principales discusiones y decisiones tomadas. El análisis reveló avances, como el aumento de la representatividad de los participantes y la relevancia de los temas abordados, alineados

¹ Doutor em Educação Matemática. Professor Titular do Departamento de Matemática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, IFSP, São Paulo -SP, Brasil. Membro do CEPIN. E-mail: traldi@gmail.com - Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8337-3977>.

² Doutor em Educação. Professor Titular do Departamento de Matemática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, IFSP-GRU, São Paulo -SP, Brasil. Coordenador do Centro de Pesquisa e Inovação em Educação Matemática e Formação de Professores - CEPIN. E-mail: rmarques@ifsp.edu.br - Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8214-7342>

con las políticas públicas y directrices recientes. Entre los temas debatidos, se destacan las prácticas pedagógicas, las prácticas profesionales, programas como PIBID y Residencia Pedagógica, la formación continua y las condiciones laborales de los docentes. Sin embargo, se identificó la ausencia de una normativa clara para los Foros, incluyendo la falta de publicación sistemática de los informes finales y resoluciones, lo que evidencia la necesidad de regulación por parte de SBEM-Nacional. Los Foros se consolidan como espacios esenciales para articular debates sobre políticas públicas y educación, pero requieren una mayor organización para potenciar su contribución a la formación docente y al fortalecimiento de los cursos de Licenciatura en Matemáticas y Pedagogía, así como a la mejora de la Educación Básica.

Palabras clave: Directrices Curriculares. Espacio de Debate. Licenciatura en Matemáticas. Formación de Profesores.

1 Introdução

A formação de professores enfrenta desafios constantes em um cenário educacional em constante transformação. Nesse contexto, os Fóruns Paulistas de Formação de Professores que Ensinam Matemática (FPFPEM) estabeleceram-se como espaços privilegiados para o debate, a reflexão crítica e a construção colaborativa de discussões sobre as complexidades da formação e da prática docente.

A trajetória que levou à criação dos FPFPEM teve início com o I Fórum Nacional de Licenciatura em Matemática, realizado em 2002 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Esse evento evidenciou a importância de espaços regionais dedicados à discussão das especificidades da formação e da prática docente em Matemática no país.

Naquele período, a Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM) tinha como uma de suas principais preocupações a reestruturação dos cursos de Licenciatura em Matemática. Com esse objetivo, no primeiro semestre de 2002, a SBEM organizou fóruns regionais em diversos estados (Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul), reunindo instituições públicas e privadas para discutir possíveis melhorias nos cursos (Pires, 2002a).

Essas iniciativas culminaram no I Fórum Nacional de Licenciatura em Matemática, idealizado pela Profa. Dra. Célia Maria Carolino Pires, então presidente da SBEM, e integrado ao primeiro FPFPEM.

Ao longo do tempo, o Fórum Paulista passou por mudanças em sua denominação. Inicialmente chamado de Fórum Paulista de Licenciatura em Matemática, foi renomeado, em 2021, como Fórum Paulista de Formação de Professores que Ensinam Matemática. Essa mudança, promovida pela diretoria regional de São Paulo da SBEM, em conjunto com os membros do GT-7 da SBEM, teve como objetivo ampliar as discussões para incluir os cursos de Pedagogia e seus temas emergentes prioritários. A nova nomenclatura também foi adotada

nos fóruns nacionais, que, a partir do VII evento, realizado em 2021 na cidade do Rio de Janeiro, passaram a se chamar Fórum Nacional de Formação Inicial de Professores que Ensinam Matemática.

O Fórum Nacional de Formação Inicial de Professores que Ensinam Matemática foi oficialmente incorporado ao regimento da Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM), reconhecendo a relevância desse espaço para a formação de docentes, em 2017, após 15 anos de sua primeira edição, conforme estabelecido no Art. 27, inciso VII:

[...] o Encontro Nacional de Educação Matemática (ENEM), o FPMat e o Seminário Internacional de Pesquisa em Educação Matemática (SIPEM) têm suas responsabilidades científicas compartilhadas entre as Diretorias Regionais e os Grupos de Trabalho. No caso do SIPEM, a responsabilidade científica recai exclusivamente sobre os Grupos de Trabalho, com a organização local sendo realizada pela Diretoria Regional que sedia o evento.

Em paralelo, as Diretorias Regionais têm como uma de suas funções a organização do Fórum Estadual de Formação Inicial de Professores que Ensinam Matemática, conforme previsto no Art. 38 (SBEM, 2017).

Essa institucionalização reconheceu a relevância do evento para a formação docente. Com essa legitimação, a organização dos fóruns passou a ser uma responsabilidade compartilhada entre a diretoria nacional da SBEM e o Grupo de Trabalho de Formação de Professores que Ensinam Matemática (GT-7), reforçando seu caráter colaborativo e coletivo.

Até o momento, o Fórum Paulista de Formação de Professores que Ensinam Matemática (FPFPEM) já realizou oito edições, consolidando-se como um espaço essencial para o debate e o fortalecimento da formação e da prática docente. Cada edição tem promovido contribuições relevantes, incentivando a interação entre professores, pesquisadores e gestores educacionais no estado de São Paulo.

Os Fóruns Paulistas exercem um papel relevante na promoção de discussões sobre temas contemporâneos, permitindo a troca ágil e significativa de ideias entre os participantes. Atuando como ferramentas para o aprendizado colaborativo, esses espaços dinâmicos incentivam a construção coletiva do conhecimento e promovem reflexões críticas sobre questões educacionais emergentes relacionadas a políticas públicas.

Conforme Saviani (2008), as políticas públicas educacionais desempenham um papel estratégico na regulação e na emancipação social. Em consonância com Freire (1996), que destaca a relevância de uma formação docente crítica e contextualizada para fomentar uma educação democrática, os Fóruns Paulistas refletem esses princípios ao se constituírem como

espaços de diálogo e inovação pedagógica. Nesse contexto, é fundamental compreender a trajetória histórica desses fóruns e suas contribuições para a formação docente.

Este artigo tem como objetivo apresentar um panorama histórico dos Fóruns Paulistas realizados até o momento, analisando sua relação com o contexto educacional que motivou os debates nesses encontros. Além disso, sintetiza encaminhamentos e propostas discutidas ao longo das edições, ressaltando sua contribuição para o avanço da prática docente no ensino de Matemática.

2 Produção dos Dados

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa, baseada na pesquisa documental e bibliográfica, de acordo com Severino (2007), que destaca a relevância dessas metodologias para estruturar o embasamento teórico e metodológico de investigações científicas. O objetivo foi analisar os documentos produzidos nos FPFPEM, como o e-book e o periódico temático que estão relacionados aos fóruns. A análise concentrou-se em identificar os temas debatidos nesses eventos, estabelecendo conexões com os documentos e contextos que motivaram tais discussões.

O processo de produção de dados envolveu a coleta de documentos disponíveis no site da SBEM-SP e outras fontes de acesso público. No entanto, um desafio significativo foi o acesso a alguns documentos, especialmente os relacionados ao II Fórum e ao VI Fórum, que não estavam disponíveis online. Esse obstáculo limitou a análise de alguns dos materiais, exigindo a busca por fontes alternativas, como arquivos de participantes e outros materiais relacionados que foram compartilhados fora da plataforma oficial. A sistematização e a disponibilização desse material é um esforço a ser realizado pela SBEM-SP, no sentido de permitir estudos históricos analíticos sobre sua trajetória, como o presente artigo.

Após a obtenção dos documentos, realizaram-se a leitura e a interpretação dos textos, com o objetivo de mapear os temas tratados e compreender como esses se articulavam ao contexto histórico, educacional e social de seu tempo. Os documentos finais do sétimo e oitavo Fóruns foram publicados em formato de ebook (Ribeiro; Tinti; Traldi Jr., 2021) e também em uma edição especial do periódico *Revista de Educação Matemática – REMat* (Ribeiro; Traldi Jr.; Luchetta, 2023), sendo ambas publicações utilizadas como fontes de dados para a análise.

Quadro 1: Fóruns Analisados

Evento	Local e Data
I Fórum ³	Pontifícia Universidade Católica – São Paulo, 2002
II Fórum	Univ. São Francisco – Itatiba, 2007
III Fórum	Univ. Federal de São Carlos - São Carlos, 2010
IV Fórum	Univ. Estadual de São Paulo – São José do Rio Preto, 2012
V Fórum	Inst. Federal de Educ. Ciênc. e Tecnologia – Birigui, 2014
VI Fórum	Universidade de São Paulo – Sorocaba, 2016
VII Fórum	Inst. Federal de Educ. Ciênc. e Tecnologia – Guarulhos, 2021-Online
VIII Fórum	Inst. Federal de Educ. Ciênc. e Tecnologia – São Paulo, 2023

Fonte: autores (2024)

Com base no Quadro 1, observa-se que, até 2024, foram realizados oito Fóruns Paulistas, em diferentes instituições e cidades do estado de São Paulo. Entre o terceiro e o quarto fórum, os eventos ocorreram com intervalos de dois anos. Contudo, durante uma reunião do GT-7, no XIII Encontro Nacional de Educação Matemática, decidiu-se encaminhar à Diretoria Nacional uma solicitação para que os Fóruns Nacionais fossem realizados de forma intercalada com o Encontro Nacional de Educação Matemática – ENEM e o Simpósio Internacional de Pesquisas em Educação Matemática – SIPEM. Assim, em um ano seria realizado o ENEM, no ano seguinte o SIPEM e, no terceiro ano, o Fórum Nacional. Os fóruns regionais, por sua vez, passaram a ser organizados seguindo as diretrizes estabelecidas pelo GT-7 em conjunto com a Diretoria Nacional da SBEM, antecedendo os Fóruns Nacionais. Destaca-se a importância de normatizar essa organização, com a colaboração entre a Diretoria Nacional e o GT-7, para evitar a sobreposição de eventos no mesmo período.

3 Discussões nos Fóruns Paulistas

Nesta seção, será apresentado um breve relato de cada Fórum Paulista, com destaque para os principais temas discutidos e os encaminhamentos resultantes desses eventos.

▪ I Fórum Paulista – 2002

O I Fórum Paulista de Licenciatura em Matemática foi considerado um evento

³ Para este artigo, considera-se que o I Fórum de Licenciatura em Matemática do estado de São Paulo ocorreu simultaneamente ao I Fórum Nacional de Licenciatura em Matemática, organizado pela Prof^a. Dra. Célia Maria Carolino Pires na PUC-SP. Contudo, não há registros específicos do I Fórum Estadual. Cinco anos após o Fórum Nacional, foi realizado o primeiro fórum específico do estado de São Paulo, que foi denominado II Fórum de Licenciatura em Matemática.

integrante do I Fórum Nacional de Licenciaturas, realizado em agosto de 2002, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). É importante destacar que outros Estados já haviam promovido seus fóruns regionais ao longo do ano de 2002, nos quais produziram documentos-síntese apresentados durante o evento nacional. No entanto, para o estado de São Paulo, não foi elaborado um documento específico, visto que as discussões ocorreram concomitantemente com o Fórum Nacional e estão materializadas no documento final desse evento, chamado Subsídios para a Discussão de Propostas para os Cursos de Licenciatura em Matemática: uma contribuição da Sociedade Brasileira de Educação Matemática.

Os fóruns regionais que ocorreram em 2002 abordaram as seguintes questões comuns para discussão: Identidade do curso: Qual deve ser a identidade de um curso de Licenciatura em Matemática? Perfil do profissional egresso: Qual deve ser o perfil do profissional egresso desse curso ou, em outros termos, além das competências gerais, que competências específicas devem ser constituídas por um professor de Matemática? Conteúdos da Educação Básica: Que “peso” e que “tratamento” devem ser dados aos conteúdos da Educação Básica que o futuro professor irá ensinar? Incorporação de estudos e pesquisas: O que e como incorporar à formação os estudos e as pesquisas que constituem a área da Educação Matemática? Superação da dicotomia nos cursos: De que modo a Educação Matemática pode contribuir para superar a dicotomia existente nos cursos entre conhecimentos matemáticos e conhecimentos pedagógicos? Conexões curriculares: Que conexões podem ser estabelecidas entre as diferentes disciplinas e atividades curriculares? Propostas inovadoras: Em particular, que propostas inovadoras podem ser feitas para a prática de ensino e o estágio supervisionado? Perfil dos docentes: Qual o perfil dos docentes do curso de Licenciatura em Matemática?

A partir das questões dos fóruns regionais, foram debatidas no Fórum Nacional e Paulista as seguintes questões: Quanta e qual Matemática precisa saber um futuro professor de Matemática? Quais são os saberes matemáticos e os saberes didáticos que precisam ser constituídos? Como deve aprender Matemática aquele que, num futuro próximo, se dedicará a ensiná-la profissionalmente? Como conseguir que os futuros docentes se tornem competentes no processo de transformar os conhecimentos matemáticos historicamente produzidos em saber matemático escolar relevante à formação intelectual dos estudantes? Como provocar, desenvolver e sustentar um processo de reconversão epistemológica que permita aos futuros professores se libertarem de comportamentos, atitudes e crenças que têm contribuído para estigmatizar a Matemática? Qual é o perfil dos que formarão os professores? O que define um professor de Matemática como profissional? Quais conhecimentos profissionais são básicos e

fundamentais para a formação do professor de Matemática e para a formação do formador de professores de Matemática?

As discussões realizadas nos fóruns regionais e nacional foram impulsionadas, principalmente, pela percepção de que a proposta contida no Parecer nº 1302/2001, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, representava um retrocesso em relação aos avanços das discussões sobre a formação de professores ocorridas entre as décadas de 1980 e 2000. Esses debates englobaram os conhecimentos pedagógicos propostos por Shulman (1986, 1987, 1993) e por outros pesquisadores que aprofundaram os estudos sobre o conhecimento para o ensino de Matemática, como Ball (1991), Llinares (1996) e Azcárete (1999), trazendo importantes contribuições para o entendimento dos fundamentos que sustentam a prática docente.

Incluíram também as reflexões sobre o professor reflexivo, destacadas por Schön (1987), e as análises sobre “crenças” e “concepções” abordadas por Thompson (1997). Além disso, a autonomia do professor, conforme as contribuições de Freire (1996), e o reconhecimento do professor como pesquisador de sua própria prática, fundamentado por estudos como os de Zeichner (2010), foram pontos amplamente discutidos e valorizados.

Outro aspecto relevante foi a formação continuada do professor em grupos colaborativos, conforme defendida por Boavida e Ponte (2002). Essa abordagem destacou a importância do trabalho coletivo para o desenvolvimento profissional e para a melhoria da prática pedagógica.

Por fim, avanços significativos foram alcançados graças aos estudos de pesquisadores brasileiros que aprofundaram essas temáticas no contexto nacional. Destacam-se, entre esses trabalhos, as contribuições de Fiorentini (1995), Soares, Ferreira e Moreira (1997), Curi (2002), Pires (2002) e Fiorentini et al. (2002). Tais pesquisas refletem o compromisso com o fortalecimento da formação docente e a superação dos desafios enfrentados no ensino no Brasil.

A partir das deliberações do Fórum Nacional, foi produzido um documento pela SBEM e encaminhado ao Conselho Nacional de Educação (CNE) e à Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC), enfatizando a necessidade de alinhar as Diretrizes Curriculares à produção científica e às demandas práticas da Educação Matemática. O texto ressaltava a importância de promover uma formação mais sólida e integrada para os licenciandos, destacando a construção de cursos de Licenciatura com identidade própria. Além disso, reforçava a valorização tanto dos conteúdos matemáticos quanto dos saberes pedagógicos, reconhecendo a Licenciatura como um espaço essencial para a formação de

educadores e pesquisadores (Pires, 2002).

▪ **II Fórum Paulista – 2007**

Nos dias 2 e 3 de abril de 2007, o Campus Itatiba da Universidade São Francisco (USF), em São Paulo, sediou o II Fórum Paulista de Formação do Professor de Matemática: Projetos e Perspectivas, promovido pela Sociedade Brasileira de Educação Matemática – Seção São Paulo (SBEM-SP). O evento teve como objetivo continuar o debate sobre a implementação dos cursos de Licenciatura em Matemática, com base nas Diretrizes Curriculares para a Formação do Professor da Educação Básica (Parecer CNE/CP 09/2001) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Matemática, Bacharelado e Licenciatura (Parecer CNE/CES 1.302/2001), iniciado no I Fórum Paulista. Essa iniciativa fez parte de um movimento iniciado em 2002, quando a SBEM organizou fóruns regionais e um seminário nacional, resultando em um documento enviado ao Ministério da Educação (MEC) em 2004 (Rosa; Nacarato, 2024).

O II Fórum Paulista contou com a presença de 60 participantes, incluindo coordenadores de cursos, pesquisadores, estudantes e professores, os quais contribuíram para reflexões e debates por meio de mesas-redondas, sessões de pôsteres e palestras.

A mesa-redonda "Políticas de Formação Inicial do Professor de Matemática", coordenada pela Profa. Dra. Celi Espasandin Lopes, abordou retrospectivas e desafios da formação docente, com ênfase nos contextos político-educacionais. As falas das professoras participantes destacaram aspectos como a consolidação das pesquisas em formação docente, as implicações das políticas educacionais e o papel da mídia na percepção pública sobre educação. Além disso, foi apresentada uma visão crítica do currículo de Licenciatura em Matemática, defendendo sua adequação às práticas pedagógicas.

Outras contribuições significativas incluíram a palestra do Prof. Dr. Vinício de Macedo Santos, que explorou os marcos legais e as perspectivas para a formação de professores, e o mapeamento realizado pela Profa. Dra. Cármen Brancaglioni Passos, que identificou 148 cursos de Licenciatura em Matemática em funcionamento no estado de São Paulo, detalhando suas modalidades, durações e práticas pedagógicas. Esses levantamentos revelaram desafios relacionados à qualidade e à regulamentação dos cursos, especialmente no contexto da educação a distância e de formações de curta duração.

O debate final, focado na formação continuada de professores, contou com a participação dos professores Prof. Dr. Dario Fiorentini, que apresentou experiências de formação reflexiva e colaborativa, e o Prof. Dr. Ruy Pietropaolo, que discutiu programas promovidos pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Essas discussões destacaram

as dificuldades político-administrativas enfrentadas, os avanços em políticas de formação e a necessidade de fortalecer modelos já consolidados, como o Grupo de Sábado (GdS).

Entre os desafios apontados no evento, destacou-se a baixa participação de coordenadores de curso, atribuída a dificuldades logísticas, excesso de trabalho e falta de recursos. Foram propostas soluções como a mobilização para maior envolvimento nas discussões e a oferta de capacitações pela SBEM. Além disso, foi enfatizada a necessidade de maior fiscalização e regulamentação dos cursos de Licenciatura em Matemática, principalmente os ofertados na modalidade EAD, para garantir padrões mínimos de qualidade.

O período que antecedeu o II Fórum Paulista foi marcado por uma falta de clareza sobre a implementação das 400 horas de prática previstas na Resolução CNE/CP nº 1/2002. Três interpretações predominavam: a primeira sugeria a distribuição dessas horas entre os componentes curriculares do curso, frequentemente reduzindo a prática a atividades como a resolução de listas de exercícios; a segunda propunha a criação de disciplinas específicas intituladas "Prática", distribuídas ao longo do curso; e a terceira defendia que essas horas fossem trabalhadas em disciplinas pedagógicas ou nas relacionadas aos conteúdos da Educação Básica, funcionando como uma revisão. Apenas algumas matrizes curriculares apresentavam uma abordagem mais integrada, planejando as horas de prática para estar presentes em todos os componentes curriculares, de forma a articular os conhecimentos trabalhados em cada disciplina com a prática docente na Educação Básica.

O documento final produzido a partir do II Fórum Paulista destacou ainda a proliferação de cursos de curta duração e a falta de alinhamento entre as diretrizes curriculares e as demandas da Educação Básica. Recomendou-se a revisão dessas diretrizes, a criação de mecanismos de autoavaliação para os cursos e a valorização de políticas públicas voltadas à formação de professores. No entanto, o destinatário desse documento não foi explicitamente identificado, o que limita sua aplicabilidade em contextos institucionais.

▪ III Fórum Paulista – 2010

O III Fórum Paulista de Licenciatura em Matemática, realizado em 21/10/2010 na UFSCar (São Carlos), reuniu cerca de 100 participantes de 26 Instituições de Ensino Superior, além de professores da Educação Básica, licenciandos e pós-graduandos. O evento promoveu debates significativos sobre a formação inicial e continuada de professores de Matemática, análise de currículos e desafios enfrentados pelos cursos de Licenciatura.

Duas mesas-redondas marcaram o evento. A primeira, coordenada pelo Prof. Dr. Dario Fiorentini, abordou a formação de professores que ensinam Matemática. A Profa. Dra.

Bernardete Gatti destacou dados sobre os cursos de Licenciatura no Brasil, identificando disparidades na carga horária e na estrutura curricular, além de questões relacionadas à carreira docente. A Profa. Dra. Carmen Passos apresentou um panorama dos cursos no estado de São Paulo, destacando inconsistências nas informações disponíveis e o descumprimento de exigências legais.

A segunda mesa, coordenada pela Profa. Dra. Carmen Passos, discutiu desafios e perspectivas das Licenciaturas em Matemática, incluindo questões específicas dos Institutos Federais e cursos na modalidade EaD. Foram levantadas preocupações sobre a qualidade da formação e a falta de preparo adequado dos egressos, especialmente nos cursos EaD.

Os grupos de discussão, reunidos no período da tarde, abordaram temas como políticas públicas de formação inicial e continuada, infraestrutura dos cursos, articulação curricular entre Licenciatura e Bacharelado, e integração entre prática e estágio. As principais conclusões indicaram a necessidade de políticas públicas eficientes que promovam o desenvolvimento profissional docente, valorização da prática pedagógica e incentivo à formação continuada. Foi enfatizada a importância de ampliar programas, como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), que fortalecem os cursos de Licenciatura e proporcionam apoio a professores e estudantes.

O III Fórum Paulista ressaltou, ainda, desafios relacionados à gestão escolar, ao trabalho colaborativo nas escolas e ao cumprimento de leis que garantam condições adequadas para o desenvolvimento profissional dos professores. A necessidade de repensar as políticas públicas e os currículos para assegurar uma formação docente sólida e contextualizada foi consenso entre os participantes.

Os três temas principais que permearam as discussões foram influenciados pelo contexto educacional da época. O primeiro tema abordou a criação e a participação dos Institutos Federais na formação de professores, por meio dos cursos de licenciaturas, conforme a Lei nº 11.892/2008, sancionada em 29 de dezembro de 2008, sendo que, desde então os Institutos Federais têm desempenhado um papel relevante na formação de professores, especialmente no contexto dos cursos de licenciatura. Apesar das preocupações iniciais levantadas durante os debates realizados no Fórum Paulista, que destacavam a ausência de expertise desses Institutos e questionavam a formação dos docentes que atuariam nesses cursos, atualmente observa-se uma contribuição significativa dos Institutos Federais para a formação docente. No caso específico da Licenciatura em Matemática, esses cursos estão presentes em 13 cidades do estado de São Paulo, oferecendo aproximadamente 500 vagas anuais.

O segundo tema presente neste Fórum que foi o “Aumento dos cursos de licenciatura oferecidos na modalidade a distância”, ainda tem suscitado debates significativos entre legisladores e pesquisadores da área de Formação de Professores, especialmente no contexto das recentes diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC). A resolução CNE/CP nº 4/2024 trouxe atualizações importantes às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Básica. Entre as mudanças, destaca-se a obrigatoriedade de uma carga horária mínima de 3.200 horas para os cursos de Licenciatura, com pelo menos 1.600 horas realizadas presencialmente, reforçando a importância da experiência prática na formação docente. Apesar dessas regulamentações, permanece a necessidade de uma análise mais aprofundada sobre os impactos dessa modalidade de ensino na qualidade da formação dos futuros professores, evidenciando a relevância de estudos que articulem as demandas das políticas públicas com os desafios enfrentados pelas instituições educacionais.

O terceiro tema esteve relacionado ao lançamento do primeiro edital do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), o CAPES/DEB nº 02/2009. Esse Programa, criado em 2007 pelo Ministério da Educação do Brasil, continua sendo uma iniciativa que busca incentivar a formação de professores para a Educação Básica, fortalecendo os cursos de Licenciatura e aproximando os estudantes do contexto escolar desde o início de sua formação acadêmica. Por meio de parcerias entre universidades e escolas públicas, o programa promove a vivência prática da docência, integrando teoria e prática em um ambiente colaborativo. Além disso, o PIBID oferece bolsas para estudantes de Licenciatura, professores supervisores e coordenadores de área, incentivando a pesquisa, a extensão e a inovação pedagógica. Com foco na melhoria da qualidade do ensino nas escolas públicas, o programa contribui significativamente para a formação inicial de professores, valorizando a Educação Básica e fomentando o compromisso social dos futuros docentes, apesar de ser um programa que não atinge a maioria dos estudantes da Licenciatura pela limitação do número de bolsas.

▪ **IV Fórum Paulista – 2012**

O IV Fórum Paulista teve como temática “O Estágio Curricular Supervisionado e as suas (Des)Articulações com a Formação Inicial do Professor de Matemática”, e foi realizado no dia 23/11/2012 na Unesp – São José do Rio Preto. Reuniu acadêmicos, professores e estudantes para debater as articulações e os desafios do estágio curricular supervisionado na formação inicial de professores de Matemática, promovendo um espaço de diálogo sobre políticas públicas, práticas pedagógicas e experiências em estágio.

Foi realizada uma Mesa Redonda intitulada "Formação inicial do professor de Matemática: políticas públicas e estágio" com a participação do Prof. Dr. Nelson Pirola, da Prof^a. Dr^a. Miriam Cardoso Utsumi e do Prof. Dr. Ademir Donizeti Caldeira. Nessa mesa foi destacada a importância de uma formação alinhada às diretrizes nacionais e aos desafios da prática docente, enfatizando o papel do estágio como elemento essencial de aproximação com a realidade escolar.

Na segunda Mesa Redonda, intitulada "Formação inicial do professor de Matemática: propostas e experiências de estágio curricular supervisionado", participaram a Prof^a. Dr^a. Yuriko Yamamoto Baldim, a Prof^a. Dr^a. Raquel Gomes de Oliveira, a Elsa de Jesus Maretti Tresso (professora da rede estadual de ensino) e a Cristiane Nogueira Aires (discente de Licenciatura em Matemática). Os participantes compartilharam vivências e propostas para aprimorar o estágio, destacando a necessidade de maior integração entre teoria e prática, além de uma articulação mais alinhada com as escolas.

De acordo com o documento produzido sobre o IV Fórum Paulista, o evento proporcionou reflexões críticas sobre o estágio curricular supervisionado e seu papel na formação inicial do professor de Matemática. As discussões evidenciaram a necessidade de políticas públicas consistentes e a valorização das práticas pedagógicas no estágio, fortalecendo a relação entre academia e escola.

O IV Fórum Paulista ocorreu em um período marcado por intensas discussões sobre a formação de professores e a consolidação de políticas voltadas ao fortalecimento do estágio nos currículos de licenciatura. Nesse contexto, o estágio era cada vez mais reconhecido como um componente essencial para articular a teoria e a prática, e promovendo a integração entre a universidade e a escola básica. No entanto, ainda persistiam desafios significativos, como a falta de regulamentação uniforme, dificuldades de articulação entre os diferentes agentes envolvidos (universidades, escolas e gestores) e a insuficiência de apoio estrutural para a realização do estágio. O Fórum Paulista destacou a importância de superar a visão do estágio como uma atividade meramente burocrática e reafirmou seu papel central na formação docente, enfatizando a necessidade de valorizar a experiência prática como um espaço para o desenvolvimento profissional crítico e reflexivo dos licenciandos. Nesse sentido, o PIBID foi destacado como uma inspiração para os estágios, evidenciando como ações planejadas, integradas e supervisionadas podem enriquecer a formação inicial, ao oferecer vivências significativas e aproximar os futuros professores da realidade escolar.

▪ V Fórum Paulista – 2014

O V Fórum Paulista de Licenciaturas em Matemática, realizado em 1º de maio de 2014, no IFSP - Campus Birigui, teve como tema central a formação do professor de Matemática e a valorização da carreira docente. O evento reuniu 128 participantes, incluindo estudantes de Licenciaturas, professores da Educação Básica e do Ensino Superior, além de estudantes de pós-graduação, em um debate estruturado sobre questões cruciais para a educação brasileira. A programação iniciou-se com uma mesa-redonda composta pelas professoras Dra. Marta Maria Pontin Darsie, Dra. Maria Sufaneide Rodrigues e Dra. Ana Cristina Ferreira, que também atuou como mediadora. Durante o período da tarde, os trabalhos foram organizados em três grupos de discussão, coordenados por docentes do IFSP, culminando em uma plenária de encerramento na qual se elaborou um documento síntese/propositivo voltado para políticas públicas.

Os debates ocorridos no evento foram orientados por seis eixos principais: salário e piso salarial; carreira; condições de trabalho; formação inicial; formação continuada; e legislação e diretrizes. Dentre as principais conclusões, destacou-se a proposição de um plano de carreira que considerasse a formação acadêmica, promovendo equidade salarial entre professores da Educação Básica e do Ensino Superior. Foi enfatizada a necessidade de reconhecer professores da Educação Básica como pesquisadores, valorizando sua atuação no tripé ensino, pesquisa e extensão. Além disso, foram apontadas distorções no cumprimento da legislação referente ao piso salarial e à jornada de trabalho, destacando-se a urgência de melhorias nas condições de trabalho e de acesso à formação continuada de qualidade diretamente nas escolas.

A integração entre a formação inicial e continuada foi amplamente defendida, com destaque para o PIBID, valorizado como uma ferramenta essencial para a qualificação docente e a aproximação entre universidades e escolas. Foi também ressaltada a importância de uma política pública nacional que valorize a Educação Básica, equiparando sua relevância à do Ensino Superior e promovendo a presença de professores formadores e pesquisadores na Educação Básica, fortalecendo a relação entre teoria e prática. As discussões realizadas durante o V Fórum Paulista sugerem, ainda, qualidade por parte das universidades privadas na formação de professores, incluindo sua participação em programas como o PIBID.

Por fim, o evento destacou a necessidade de políticas públicas integradoras e apartidárias para o fortalecimento da Educação Básica e a formação docente no Brasil. Defendeu-se um ciclo contínuo de desenvolvimento profissional pautado no ensino, pesquisa, extensão e gestão, apontando para perspectivas promissoras na construção de uma educação equitativa e de qualidade. O V Fórum Paulista reafirmou a complexidade dos desafios na

formação e na valorização dos professores, ao mesmo tempo que reforçou a importância de manter o debate ativo e propositivo.

Ressalta-se, que tanto o contexto educacional que antecedeu o V Fórum Paulista quanto o que ocorreu durante o evento refletia uma tensão entre avanços pontuais e desafios estruturais, pois os programas de formação continuada e os incentivos à qualificação docente não foram suficientes para superar a precarização do trabalho e o foco excessivo em metas meritocráticas. A insatisfação generalizada entre os professores, expressa em greves e manifestações, como as de 2013, evidenciava a urgência de mais investimentos na educação, melhores condições de trabalho e salários dignos. A superação desses desafios exigia um diálogo mais amplo entre governo, docentes e sociedade para a construção de políticas educacionais mais inclusivas e equitativas, capazes de consolidar uma valorização integral da carreira docente.

▪ VI Fórum Paulista – 2016

O evento, realizado em 8 de dezembro de 2016, na cidade de Sorocaba, apresentou uma programação abrangente e diversificada, destinada a discutir temas centrais sobre a formação de professores, práticas pedagógicas e questões contemporâneas no ensino de Matemática. A palestra de abertura, ministrada pela Profa. Dra. Celi Espasandin Lopes, teve como tema as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores, e a palestrante abordou temas como a profissionalização docente e a prática do professor de Matemática, trazendo reflexões sobre o papel do educador no contexto atual.

No período da tarde, os debates foram organizados em Grupos de Discussão (GDs), que abordaram temas variados e estratégicos para a formação docente: GD1 – o estágio supervisionado, GD2 – a prática como componente curricular, GD3 – conteúdos específicos e interdisciplinaridade; GD4 – o perfil profissional e a carreira docente, GD5 – ensino, pesquisa e extensão na formação do professor, e GD6 – diversidade, gênero, relações étnico-raciais e educação inclusiva. As discussões foram distribuídas em diferentes salas, permitindo um aprofundamento temático em cada eixo.

Em relação ao contexto educacional da época, destaca-se a publicação da Resolução CNE/CP nº 2/2015, que estabeleceu diretrizes que orientaram a formação de professores no Brasil, promovendo uma educação mais inclusiva e alinhada às demandas sociais contemporâneas. Esses avanços convergem com os debates do VI Fórum Paulista de Formação de Professores de Matemática, que enfatizou a necessidade de uma prática docente comprometida com a equidade e a justiça social. A resolução destaca temas como questões de gênero e étnico-raciais, em consonância com as discussões sobre o papel do professor de

Matemática na valorização da diversidade cultural e no combate às desigualdades. Além disso, reforça a formação crítica dos professores, integrando legislações como as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, essenciais para uma prática pedagógica contextualizada e inclusiva.

Os debates do VI Fórum também apontaram para a importância de práticas pedagógicas que promovam a cidadania, alinhando-se à ênfase da Resolução em direitos humanos. Tanto o documento quanto o evento destacam o papel do professor em enfrentar preconceitos e desigualdades por meio de currículos contextualizados e metodologias inclusivas. Na formação de professores de Matemática, isso se traduz em práticas que tornem a disciplina acessível a todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiência, altas habilidades, ou em contextos de vulnerabilidade. A ampliação da formação continuada, incentivada pela resolução e debatida neste Fórum, fortalece a capacidade docente de trabalhar com estratégias pedagógicas inovadoras que promovam a inclusão.

Por fim, a articulação entre teoria e prática, central nos debates do VI Fórum Paulista, é igualmente valorizada pelas diretrizes de 2015. Ambas destacam a integração entre componentes específicos e pedagógicos como essencial para a profissionalização docente. Na Matemática, de forma particular, isso significa preparar professores não apenas para o domínio do conteúdo, mas também para criar articulações significativas com a realidade dos estudantes. Apesar dos avanços, os desafios apontados tanto pela resolução quanto pelo Fórum reforçam a necessidade de fortalecer políticas públicas, consolidar a interdisciplinaridade e ampliar a colaboração entre universidades e escolas, garantindo uma formação docente comprometida com a transformação social.

▪ VII Fórum - 2021

O momento atípico da pandemia trouxe a necessidade de adaptações significativas, como a realização do VII Fórum Paulista de Formação de Professores que Ensinam Matemática de forma online, ocorrido nos dias 20 e 21 de novembro de 2021. O evento reuniu 178 participantes, incluindo pesquisadores, formadores de professores, docentes de diferentes níveis de ensino e estudantes de licenciatura. Nesse formato virtual, o fórum proporcionou um espaço para debates sobre a formação inicial e continuada de professores, destacando desafios e estratégias pedagógicas para o ensino da Matemática em diversos contextos educacionais.

A programação incluiu discussões organizadas em grupos temáticos, permitindo uma abordagem específica sobre aspectos relevantes da formação docente. O GD1, focado na reformulação dos projetos pedagógicos dos cursos de Licenciatura em Matemática, contou com a participação dos debatedores Dr. David Pires Dias, Dra. Virginia Cardia Cardoso e Dr.

Henrique Marins de Carvalho, mediados pelo Dr. Vinícius Pazuch, e coordenado pelo Dr. Rogério Ferreira da Fonseca. O GD2 abordou as possibilidades de articulação entre a Matemática acadêmica e a Matemática escolar nos cursos de formação de professores, com a presença dos debatedores Dr. Armando Traldi Jr, Dr. Márcio Fabiano da Silva e Dra. Valéria Ostete Jannis Luchetta, mediados pelo Me. Felipe de Almeida Costa e coordenado pela Dra. Mônica Helena Ribeiro Luiz.

O GD3 discutiu a iniciação profissional dos estudantes dos cursos de formação de professores de Matemática nas escolas da Educação Básica, destacando as experiências com o Estágio Supervisionado, o PIBID e o Programa Residência Pedagógica, e contou com os debatedores Dra. Barbara Corominas Valério, Dr. Rogério Marques Ribeiro e Dra. Renata Prensteter Gama, mediados pelo Dr. Lucas Casanova Silva e coordenado pela Dra. Flávia Milo dos Santos. Já o GD4 tratou das parcerias entre a universidade e as escolas da Educação Básica para o desenvolvimento de projetos de ensino, extensão e pesquisa, com a participação dos debatedores Dr. Douglas da Silva Tinti, Dra. Suzete de Souza Borelli e Dra. Celi Espasandin Lopes, mediados pela Dra. Ana Lúcia Manrique e coordenado pelo Dr. Wellington Pereira das Virgens.

O GD5 se concentrou nas necessidades formativas dos formadores de professores que ensinam Matemática, com os debatedores Dr. Alessandro Jacques Ribeiro, Dr. Miguel Ribeiro e Dra. Raquel Milani, mediados pela Dra. Bárbara C. M. Sicardi Nakayama e coordenado pelo Dr. Enio Freire de Paula. Por fim, o GD6, criado pela primeira vez em um Fórum Paulista, focou na formação inicial dos professores que ensinam Matemática na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com a participação dos debatedores Dra. Cármen Passos, Dra. Edda Curi, Dr. Nelson Pirola e Me. Solange Aparecida Corrêa, mediados pela Dra. Adair Mendes Nacarato e coordenado pela Dra. Amanda Trigano.

O evento destacou-se por promover diálogos interinstitucionais e a interdisciplinaridade, contribuindo para a formação de professores de Matemática. Como desdobramento, foi gerado um e-book, organizado pelos professores Dr. Rogério Marques Ribeiro, Dr. Douglas Tinti e Dr. Armando Traldi Jr, com as principais discussões e reflexões ocorridas no VII Fórum Paulista, que visava inspirar futuras ações e subsidiar os debates do VII Fórum Nacional de Formação Inicial de Professores que Ensinam Matemática (Ribeiro; Tinti; Traldi, 2021).

O contexto educacional brasileiro que permeou o VII Fórum Paulista foi profundamente influenciado pela publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e

Continuada de Professores em 2019, amplamente considerada um retrocesso em comparação às diretrizes de 2015. Enquanto o documento de 2015 priorizava uma formação docente baseada em princípios democráticos, inclusão social e equidade, as diretrizes de 2019 trouxeram de volta uma abordagem tecnicista, focada na racionalização de conteúdos e no cumprimento de exigências burocráticas, em detrimento de uma formação crítica, interdisciplinar e atenta às especificidades regionais e culturais.

Outro aspecto crucial desse período foi a necessidade de implementar a curricularização da extensão nas instituições de Ensino Superior, estabelecida pela Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. A normativa determinava que, até 2023, 10% da carga horária total dos cursos de graduação deveria ser composta por atividades de extensão, promovendo maior integração entre a universidade e a sociedade. Essa medida potencializava o papel formativo da extensão universitária como um espaço para a construção de saberes contextualizados e a vivência prática de problemas reais, aproximando os futuros professores das demandas reais da Educação Básica.

Os debates sobre o PIBID ganharam ainda mais relevância nesta edição do Fórum Paulista, especialmente com a publicação, pela Capes, do Programa de Residência Pedagógica, ocorrida em 2018. Durante o evento, os programas de iniciação à docência foram amplamente discutidos, destacando sua importância no cenário educacional. Criado em 2007, o PIBID consolidou-se como uma política essencial para a formação inicial de professores, ao proporcionar aos licenciandos experiências práticas em ambiente escolar desde o início de sua formação. Com o lançamento do primeiro edital do Programa de Residência Pedagógica em 2018, essas vivências foram ampliadas, oferecendo uma imersão mais aprofundada nas escolas. A iniciativa promoveu a atuação dos licenciandos em parceria com professores experientes, fortalecendo ainda mais a articulação entre teoria e prática. Ambos os programas são exemplos de políticas públicas fundamentais para integrar universidades e escolas, além de contribuir significativamente para o desenvolvimento profissional dos futuros docentes e a melhoria da qualidade da educação básica.

▪ VIII Fórum Paulista – 2023

O VIII Fórum Paulista de Formação de Professores que Ensinam Matemática ocorreu no IFSP-SP, nos dias 31 de março e 1º de abril de 2023, abordando o tema “Desafios da Formação do Professor que Ensina Matemática em Tempos de Reconstrução”. O evento reuniu pesquisadores, formadores, professores e estudantes para discutir os desafios atuais da formação docente e propor estratégias para o aprimoramento do ensino de Matemática.

A palestra inaugural foi proferida pelo Prof. Dr. Wagner Valente, e a programação contou com diversos Grupos de Discussão (GDs), que abordaram temas como Educação Matemática na Pedagogia, construção de saberes docentes na Licenciatura em Matemática, perfil de formadores, políticas curriculares e práticas interculturais. Esses espaços promoveram debates sobre currículos, metodologias, formação inicial e continuada, além da articulação entre universidade e escola. Os debatedores dos GDs foram: GD01: Educação Matemática na Licenciatura em Pedagogia. Debatedora: Profa. Dra. Adair Mendes Nacarato; Relatora: Profa. Dra. Priscila Bernardo Martins; GD02: Conhecimentos próprios da docência na Licenciatura em Matemática. Debatedores: Prof. Dr. Lucas Carato Mazzi e Prof. Dr. Miguel Ribeiro; Relator: Prof. Dr. Enio Freire de Paula; GD03: Perfil Profissional e Acadêmico de Formadores de Professores. Debatedores: Profa. Dra. Bárbara Cristina Moreira Sicardi Nakayama e Prof. Dr. Everaldo Gomes Leandro; Relatora: Profa. Dra. Cármen Lúcia Brancaglioni Passos; GD04: Políticas Públicas Curriculares para a Formação de Professores que Ensinam Matemática. Debatedoras: Profa. Dra. Luciane de Fátima Bertini e Profa. Dra. Suzete Souza Borelli; Relatora: Profa. Dra. Celi Espasandin Lopes; GD05: A Formação do Professor que Ensina Matemática na Perspectiva de Práticas Interculturais. Debatedores: Prof. Dr. Júlio Cesar Augusto do Valle e Profa. Dra. Maria do Carmo de Sousa; Relator: Wellington Pereira Virgens.

Entre os encaminhamentos deste Fórum, destacam-se: a necessária ampliação de programas como PIBID e Residência Pedagógica; a valorização da escuta ativa dos professores; a formulação de políticas públicas que incentivem a formação contínua nas escolas; o fortalecimento da articulação entre instituições de ensino superior e secretarias de educação; e a revisão dos cursos de Licenciatura em Pedagogia e Matemática, com ênfase em metodologias problematizadoras e investigativas.

O VIII Fórum Paulista também ressaltou a importância de práticas pedagógicas críticas, interculturais e socialmente engajadas, incentivando a produção e o compartilhamento de materiais didáticos e acadêmicos. Como desdobramento, os professores Dr. Rogério Marques Ribeiro, Dr. Armando Traldi Jr. e Dra. Valéria Luchetta sistematizaram os subsídios do Fórum e os encaminharam ao Fórum Nacional. Além disso, organizaram uma edição especial com os artigos gerados no evento, publicada na Revista de Educação Matemática (REMat) (Ribeiro; Traldi; Luchetta, 2023).

O contexto educacional que permeou este Fórum foi marcado por um momento de reconstrução para os cursos de formação de professores, impulsionado pela expectativa de revogação das diretrizes de 2019. Com a eleição de um novo governo, comprometido com os

valores democráticos, reacendeu-se a esperança de retomada de políticas educacionais que priorizassem uma formação docente crítica e inclusiva. O evento também representou um reencontro presencial significativo entre professores, coordenadores, estudantes e pesquisadores da área, após um longo período de atividades remotas imposto pela pandemia. Esse retorno presencial proporcionou um espaço de diálogo e colaboração, fortalecendo as trocas de experiências e reflexões sobre os rumos da educação brasileira.

Um dos destaques do VIII Fórum Paulista foi a apresentação da proposta da Capes para unificar os programas PIBID e Residência Pedagógica. Segundo o professor Dr. Armando Traldi, representante do Conselho Técnico-Científico da Educação Básica, essa iniciativa teve como objetivo fortalecer as ações voltadas à formação inicial de professores, transformando o programa em um Projeto de Lei. Essa mudança buscava eliminar a dependência de novos editais e os períodos de hiato entre eles, garantindo maior continuidade e estabilidade. Além disso, foi ressaltado que a Capes pretende manter ou até mesmo ampliar o número de bolsas disponíveis, somando as atualmente oferecidas pelo PIBID e pela Residência Pedagógica, totalizando cerca de 80.000 bolsas. Essa medida visa assegurar o fortalecimento da integração entre universidade e escola, contribuindo para a qualificação da Educação Básica e para o desenvolvimento profissional dos futuros docentes.

Considerações

Ao longo deste estudo, foi possível apresentar um panorama histórico dos Fóruns Paulistas de Formação de Professores que Ensinam Matemática (FPFPEM), realizados até o momento, situando-os no contexto educacional que motivou os debates em cada edição e, de forma particular, sintetizando os principais encaminhamentos discutidos no VIII Fórum Paulista. Esse processo evidenciou tanto os avanços como os desafios presentes na realização e organização desses eventos.

Um dos principais desafios identificados foi a dificuldade em acessar os relatórios finais de algumas edições. Tal limitação exigiu, em diversos momentos, a consulta a arquivos particulares de participantes, o que evidencia a ausência de um repositório público e acessível que centralize os subsídios produzidos nos Fóruns Paulistas. Esse aspecto reflete a necessidade urgente de uma normatização de fluxo para os Fóruns Estaduais, a ser proposta pela SBEM-Nacional, que explicita, entre outros pontos, a obrigatoriedade de publicação dos relatórios finais e dos encaminhamentos deliberados em cada encontro.

Entre os aspectos positivos, destaca-se o aumento significativo de participantes desde o

II Fórum até o VIII Fórum, ampliando a representatividade e fortalecendo o caráter coletivo e plural das discussões. Outro ponto relevante foi a pertinência das temáticas abordadas, que dialogaram diretamente com as publicações recentes de políticas públicas e diretrizes para a formação de professores. Esse alinhamento reforça a relevância dos Fóruns Estaduais como espaço de articulação entre as demandas educacionais emergentes e as ações necessárias para enfrentá-las.

Dentre as temáticas destacadas nos Fóruns Paulistas, merecem menção especial aquelas relacionadas à formação inicial, como práticas pedagógicas, estágios e programas como o PIBID e a Residência Pedagógica. Além disso, também foram amplamente debatidos temas sobre formação continuada e as condições de trabalho dos professores, o que reforça o compromisso dos Fóruns Estaduais em tratar de questões essenciais tanto para a Educação Básica quanto para o Ensino Superior.

É importante ressaltar que eventos como os Fóruns Estaduais se configuram como espaços privilegiados para articular discussões referentes às políticas públicas com a sociedade. No entanto, para maximizar seu impacto, é essencial que os documentos e encaminhamentos produzidos sejam encaminhados aos órgãos responsáveis pela formulação e implementação de políticas públicas. Essa ação não apenas daria maior visibilidade às ações da SBEM, como também fortaleceria o papel desses Fóruns na formação de professores que ensinam Matemática e na construção de uma educação mais equitativa e de qualidade.

Dessa forma, este estudo reafirma a importância dos FPFPEM como espaços de reflexão e proposição, destacando a necessidade de avançar na organização e na sistematização de suas contribuições para potencializar ainda mais seus efeitos na formação docente e nas políticas educacionais.

Referências

AZCÁRATE, Pilar. Estratégias metodológicas para a formação de maestros. In: CARRILLO, José Yáñez; CLIMENT, Nuria. **Modelos de formación de maestros en Matemáticas**. Huelva: Universidad de Huelva, Servicio de publicaciones, 1999. p. 17-40.

BALL, Debora Loewenberg. **Knowledge and reasoning in mathematical pedagogy**: examining what prospective teachers bring to teacher education. Tese de doutoramento, 1991. Disponível em: <http://www.personal.umich.edu/~dball/>. Acesso em: 25 set. 2003.

BOAVIDA, Ana Maria; PONTE, João Pedro. Investigação colaborativa: Potencialidades e problemas. In: GTI (Org). **Reflectir e investigar sobre a prática profissional**. Lisboa: APM, 2002.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de

Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade do ensino sobre a História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BRASIL. **Lei nº 11.8922, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 dez. 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada de professores da educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 jul. 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Parecer CNE/CP nº 9, de 4 de abril de 2001**. Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores para a educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 abr. 2001.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Define as diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 dez. 2018.

BRASIL. **Edital CAPES/DEB nº 2, de 2009**. Disponível em: <https://www.capes.gov.br>. Acesso em: [inserir data de acesso].

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Parecer CNE/CP nº 4, de 10 de janeiro de 2024**. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada de professores para a Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jan. 2024.

BRASIL. **Parecer CNE/CES nº 1.302, de 6 de novembro de 2001**. Diretrizes curriculares nacionais para os cursos de matemática, bacharelado e licenciatura. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES13022.pdf>.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em cursos de licenciatura de graduação plena. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rep01_02.pdf.

CURI, Edda. **Formação de professores de Matemática**: realidade presente e perspectivas futuras. Lisboa: APM, 2002.

FIorentini, Dario. Alguns modos de ver e conceber o ensino de Matemática no Brasil. **Zetetike**, v. 3, n. 4. Campinas: UNICAMP, 1995. p. 1-37.

FIorentini, Dario *et al.* Formação de professores que ensinam matemática: um balanço de 25 anos da pesquisa brasileira. **Educ. Rev.**, Belo Horizonte, n. 36, p. 137-160, dez. 2002. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982002000200009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 09 jan. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LLINARES, Salvador. Conocimiento profesional del profesor de matemáticas. In: PONTE, João Pedro da. *Et al.* (Org.). **Desarrollo profesional de profesores de Matemática: ¿qué formación?** Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências de Educação, 1996.

PIRES, Célia Maria Carolino. Reflexões sobre cursos de licenciatura em Matemática, tomando como referência as orientações propostas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica. **Educação Matemática em Revista**, v. 9, n. 11^a (Edição Especial), abr. 2002 (a).

PIRES, Célia Maria Carolino. Subsídios para a discussão de propostas para os cursos de licenciatura em matemática: uma contribuição da Sociedade Brasileira de Educação Matemática. **Boletim SBEM**, São Paulo, 2002.

RIBEIRO, Rogério Marques; TINTI, Douglas da Silva; TRALDI JR., Armando. Um balanço do VII Fórum Paulista de Formação de Professores que Ensinam Matemática. In: Sociedade Brasileira de Educação Matemática. **VII Fórum Paulista de Formação de Professores que Ensinam Matemática: discussões e encaminhamentos / organização Rogério Marques Ribeiro, Douglas da Silva Tinti, Armando Traldi Jr.** - São Paulo: Sociedade Brasileira de Educação Matemática - Regional São Paulo, 2021. p. 10-19.

RIBEIRO, Rogério Marques; TRALDI JÚNIOR, Armando; LUCHETTA, Valéria Ostete Jannis. Perspectivas e encaminhamentos do VIII Fórum Paulista de Formação de Professores que Ensinam Matemática. **Revista de Educação Matemática (REMat)**, São Paulo (SP), v. 20, Edição Especial: VIII Fórum Paulista de Formação de Professores que Ensinam Matemática, p. 1-14, 2023.

ROSA, Nilvana Moreti Ferreira; NACARATO, Adair Mendes. A formação de professores na Licenciatura em Matemática: um olhar para os fóruns da Sbem. **Revista de História da Educação Matemática**, v. 10, p. 1–25, 2024. Disponível em: <https://www.histemat.com.br/index.php/HISTEMAT/article/view/669>. Acesso em: 9 jan. 2025.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SCHÖN, Donald. **Educating the reflective practitioner**. São Francisco, CA: Jossey-Bass, 1987.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SHULMAN, Lee. Those who understand: Knowledge growth in teaching. **Educational Researcher**, v. 15, n. 2, p. 4-14, 1986.

_____. Knowledge and teaching: foundations of the new reform. **Harvard Educational Review**, Cambridge, v. 57, p. 1-22, 1987

_____. Teaching as community property: Putting an end to pedagogical solitude. **Change: The Magazine of Higher Learning**, v. 25, n. 6, p. 6-7, 1993.

SOARES, Eliana Farias e; FERREIRA, Maria Cristina Costa; MOREIRA, Plínio Cavalcanti. Da prática do matemático para a prática do professor: mudando o referencial da formação matemática do licenciando. **Zetetike**, Campinas, SP, v. 5, n. 1, p. 25–36, 1997. DOI: 10.20396/zet.v5i1.8646758. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/zetetike/article/view/8646758>. Acesso em: 6 jan. 2025.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA. **Normatização sobre a formação**

de professores de Matemática. 2017. Disponível em: <https://www.sbem.org.br/normatizacao-formacao-professores>. Acesso em: 10 jan. 2025.

THOMPSON, Alba Gonzales. A relação entre concepções de matemática e de ensino de matemática de professores na prática pedagógica. **Zetetike**, Campinas, SP, v. 5, n. 2, p. 11–44, 1997. DOI: 10.20396/zet.v5i8.8646845. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/zetetike/article/view/8646845>. Acesso em: 3 jan. 2025.

TRALDI JR., Armando; RIBEIRO, Rogério Marques. Trajetória Hipotética de Aprendizagem: avanços teóricos e práticos das pesquisas no contexto educacional brasileiro. **Revista Internacional de Pesquisa em Educação Matemática**, Brasília, v. 14, n. 2, p. 1–17, 2024. DOI: [10.37001/ripem.v14i2.3880](https://doi.org/10.37001/ripem.v14i2.3880). Disponível em: <https://www.sbembrasil.org.br/periodicos/index.php/ripem/article/view/3880>. Acesso em: 03 jan. 2025.

ZEICHNER, Kenneth. Repensando as conexões entre a formação na universidade e as experiências de campo na formação de professores em faculdades e universidades. **Educação**, Santa Maria, v.35, n.3, p.479-504, 2010.